



MULHERES NA LUTA POR MORADIA: A EXPERIENCIA DO MOVIMENTO DE MULHERES POR MORADIA ORQUIDEA EM MANAUS

SASSAKI, YOSCHICO

*Professor do Programa de Pós Graduação em Serviço social
e Sustentabilidade na Amazônia da
Universidade Federal do Amazonas-UFAM
sassakiyo@uol.com.br*

SOUZA, Mariza Cavalcante

*Estudante de mestrado do Programa Sociedade e
Cultura Na Amazônia-PPGSCA da
Universidade Federal do Amazonas-UFAM
marizacavalcante@gmail.com*

AMARAL, Alessandra Salles

*Estudante de mestrado do Programa de Serviço Social
e Sustentabilidade na Amazônia-PPGSSA
ale_sales.3@hotmail.com*

481

RESUMO

O Movimento de Mulheres é um movimento que surge em meados de 2003 com o Objetivo de lutar especialmente pelo direito a moradia, seno este uma entidade sem fins lucrativos atualmente com 600 famílias cadastrados do projeto desenvolvido para serem atendidos pelo programa minha casa minha vida entidades-PMCVE do governo Federal. Este estudo parte da indagação de como a cidade de Manaus teve seu olhar na perspectiva de ênfase sobre a questão Habitacional nos últimos anos, em Manaus quando falamos de da questão da habitação é necessário a percepção que O déficit habitacional do estado do Amazonas é o maior do país os dados do Ministério das Cidades dão conta de que Manaus possuía um déficit de 68.483, em 2009. Desta forma os movimentos sociais ganham visibilidade e buscam a partir da legitimidade lutar pela efetivação do direito a Moradia.

Palavras-chave: Movimentos sociais, habitação, Questao Social

ABSTRACT

The Women's Movement is a movement that emerges in mid-2003 with the goal of fighting especially the right to housing, sine this one nonprofit currently has 600 registered families in the project developed to be served by the program entidades- my house my life PMCVE the Federal government. This study is the question of how the city of Manaus had his gaze from the perspective of emphasis on the Housing issue in recent years in Manaus when it comes to the issue of housing need is the perception that the housing deficit in the state of Amazonas is the largest country data from the Ministry of Cities realize that Manaus had a deficit of 68,483, in 2009 this way social movements seek to gain visibility and legitimacy from the realization of the right to fight for the House.

Keywords: Social Movements, Housing, Social questing



MOVIMENTO DE MULHERES POR MORADIA ORQUIDEA: NA LUTA POR MORADIA EM MANAUS

Ao longo da trajetória de lutas por moradia e do desenvolvimento e crescimento das cidades observamos que os problemas sociais são intensificados nesse processo que, em sua maioria, configura-se pela ausência de ações voltadas para as políticas de habitação. Manaus não é diferente das outras cidades. Nesse processo está presente a organização dos trabalhadores sem-terra pela Reforma Agrária no território brasileiro, a partir de 1948, mas que ganha maior expressão a partir da década de 1950¹.

Gohn (2010) destaca que o Movimento Nacional de Luta pela Moradia -MNLM foi criado em julho de 1990, no I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, com representação de 13 estados, O mesmo teve como apoiadores a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -CNBB, Cáritas, Central de Movimentos Populares dentre outros. Hoje também tem parceria com a Central Única dos Trabalhadores -CUT e vínculo com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). De acordo com a autora o objetivo central do MNLM é a solidariedade pelo espaço urbano, numa luta orgânica e única em conjunto com o MST. Além da terra, luta também pelo lote, pela casa, saneamento e demais necessidades da população.

É importante destacar também que a partir do período do auge da borracha, Manaus sofreu um impactos na questão populacional com densidade que cresceu de forma desordenada e sem qualquer planejamento, propiciando um crescimento de áreas da periferia da cidade desta forma vale destacar que:

Manaus possui, em 1970, uma população de 311.622 e em 2000, 1403.796 habitantes (Censo do IBGE, 2000). Ou seja, 30 anos após as transformações ocorridas no cenário urbano, o número de habitantes na cidade de Manaus cresceu em torno de 500%. Os dados oficiais indicam que Manaus foi à cidade que mais cresceu entre as 13 cidades brasileiras com mais de 1 milhão de habitantes, com uma taxa de crescimento populacional de mais de 39% e,

¹ Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_dos_Trabalhadores_Rurais_Sem_Terra, Acessado em 03 de Outubro de 2012 às 23:hs.



mais ainda, 90% de população do Manaus reside na área urbana. (SCHERER 20019, p.2)

Para Gohn (2010, p. 41) a presença dos movimentos sociais é marcado por uma constante luta e na história da política do País, mas a autora ressalta que esta é cheia de ciclos, com fluxos e refluxos, o que pode-se entender como processo de morosidade e/ou uma burocracia que não contribuía de modo a garantir o direito a moradia. A autora ressalta ainda que é “o importante a destacar é esse campo de força sociopolítico e o reconhecimento de que suas ações impulsionam mudanças sociais diversas”.

Em Manaus o movimento se institucionaliza com a criação da Secretaria Municipal de Organização Social e Fundiária – SEMOSF, em 1993, cujo objetivo era solucionar os problemas das “invasões”, O Movimento por moradia, iniciou o amplo processo de ocupações de áreas urbanas na cidade de Manaus nas idas de 1978 e 1979², como movimento de bairro ligado à Comunidade Eclesial de Base - CEB no bairro da Compensa.

De acordo com Silva e Silva (1989), a moradia se manifesta enquanto questão social no espaço urbano a partir do processo de industrialização, pois o advento das indústrias incide de fato numa desorganização na cidade que acontece devido o populacional advindo com a expressão do Capital, o Capital não se preocupou em construir infraestrutura urbana para acolher os trabalhadores Industriais.

A luta dos movimentos sociais por moradia já obteve conquistas no Brasil e com a inclusão da função social da propriedade e da cidade e o Estatuto das Cidades

Maricato (2001) regulamentados nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, as quais devem ser aplicadas pela União, Estado e Municípios.

De 1982 até 1990 foi construído o conjunto Cidade Nova, que ampliou a expansão da cidade para a Zona Norte e inaugurou nova fase na construção de unidades habitacionais populares em Manaus. É meio a este processo histórico que o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea um grande marco neste processo de luta pelos direitos e especialmente pelo direitos das mulheres, é então que a organização de um grupo de mulheres toma visibilidade e este grupo de mulheres trabalhadoras do Bairro Santa Etelvina, localizado ao final da Zona Norte da Cidade já chegado em “estrema com a saída da parte Urbana de Manaus, criam no final dos anos 90 um

² Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-017-042.pdf>, Acessado em 15 de Junho de 2014, às 5:30hs



grupo de mulheres com o objetivo dar apoio e acompanhar as mulheres vítimas de violência doméstica que nesta época se tornava uma questão preocupante em toda a cidade e especialmente nesta área.

Em meio a este processo suas ações se davam de forma pontual e travavam a partir de então a luta pela moradia que inicialmente se dar com a organização de duas ocupações nas comunidades da zona Norte da cidade de Manaus, localizadas no mesmo bairro de Santa Etelvina e adjacências como as ocupações Deus é Fiel, Bom Jardim e Portelinha.

O grande passe de legitimidade é dado quando ocorre a criação, pelo Governo Federal, do Programa Minha Casa, Minha Vida, em 2009 e a Instituição que nascera deste grupo de mulheres conseguiu sua habilitação junto ao Ministério das Cidades como entidade da sociedade civil legitimada então e passa a estar apta para gerenciar a construção de casas populares na cidade de Manaus e Região Metropolitana do Estado, com recursos públicos advindos do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.

Neste sentido é importante que se diga que este é sem duvida um fato é histórico na luta dos movimentos sociais por moradia na cidade de Manaus, e o Movimento de Mulheres por Moradia orquídea- MMMO é a primeira entidade habilitada com contrato assinado junto a Caixa Econômica Federal para a construção de 600 unidades habitacionais pelo Programa Minha Casa, Minha Vida- Entidades que irão atender famílias com renda familiar de até R\$ 1.600, em três projetos de Loteamento Residencial Unifamiliar Orquídeas I, II e III.

Vinculado nacionalmente a União Nacional por Moradia Popular – UNMP, o MMMO agrega no Amazonas cerca de 20 entidades de luta por moradia, sendo que delas 12 são coordenadas por mulheres, fortalecendo assim a tendência do novo modelo de associativismo adotado no Brasil a partir de 2000, quando organiza sua articulação em redes.

De acordo com Gonh (2001, p. 59-60), “O século XX, desde seu início, imprimirá um novo caráter às lutas sociais no Brasil. O caráter urbano passa a ter tonalidade própria, criada a partir de uma problemática que advém das novas funções que passam a se concentrar nas cidades”. Progressivamente a indústria, e as classes sociais que lhes são caudatárias, orientará as ações e os conflitos que ocorrem no meio urbano. Tendo nesta Dinâmica observado o processo de desenvolvimento econômico que não acompanha as necessidades sociais da população no que diz respeito aos acessos básicos e nem o direito a Moradia é constituído em sua totalidade.



Lançado em 2000, o projeto apresentava propostas em três dimensões – gestão e controle social, projeto financeiro e urbano-fundiário – e o enfrentamento da questão não apenas no âmbito do governo federal, mas considerando o conjunto dos agentes que têm alguma responsabilidade no problema da habitação, em plano público e privado.

O projeto propôs a criação do Sistema Nacional de Habitação, formado pelos três entes da Federação, que atuariam de forma estruturada sob a coordenação de um novo ministério (Cidades). O controle social seria exercido pelo Conselho Nacional das Cidades e órgãos semelhantes nos estados e municípios, aos quais caberia gerir fundos de habitação, que deviam concentrar recursos orçamentários para subsidiar a baixa renda. Nesse aspecto, seria prioritária a aprovação do projeto de lei de iniciativa popular de instituição do Fundo Nacional de Habitação, bandeira do movimento de moradia que tramitava desde 1991 no Congresso Nacional. A política de subsídios previa um mix de recursos não onerosos – do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – com recursos retornáveis, para viabilizar o crédito e o acesso à moradia digna para a população de baixa renda.

Para concentrar o FGTS na baixa renda, seria indispensável a retomada da produção habitacional pelo mercado, para atender a classe média, reativando o crédito imobiliário, particularmente do SPBE (recursos da poupança), que não vinha cumprindo os dispositivos legais que exigem a aplicação dos seus fundos em habitação, pois o governo FHC, baseado no rigor monetarista, enxergava o financiamento habitacional como inflacionário. A criação de um fundo de aval era considerada estratégica para reduzir os riscos de crédito e os juros.

O Projeto Moradia enfatizava a necessidade de aprovação do Estatuto da Cidade para facilitar e baratear o acesso à terra, combatendo a especulação com imóveis ociosos. A noção de que a questão da habitação não podia ser enfrentada sem uma forte intervenção no mercado fundiário e de modo articulado com a questão urbana consolidou-se depois de um voo de helicóptero sobre São Paulo. Tivemos a oportunidade de mostrar a Lula o caótico processo de expansão urbana, e ele ratificou a concepção de que o problema da moradia não se resolvia apenas com a construção de casinhas, mas era necessário enfrentar também a questão urbana e fundiária, aspecto que tem grande atualidade no programa Minha Casa, Minha Vida.



Direito a moradia e a questão entre camada média e populares.

Nãos podemos negar que vivemos em uma sociedade cada vez mais capitalista e que o acesso é muitas vezes visto como Status e não como um Direito, e para embasar esta afirmação vale destacar a análise feita pela autora Sarti (2003) que define a relação de classe a partir de uma definição sociológica onde o pobre a partir dos anos 60 é definido como negatividade, que ora vai da ênfase econômica ora política.

A escassez de moradia é percebida como manifestação da desigualdade implantada pelo capitalismo enquanto sistema de produção. É um fenômeno que cresce paralelamente ao exército industrial de reserva, sendo ambos benéficos para o processo de acumulação, na medida em que o capitalismo cria, como condição necessária a sua expansão, a existência de uma classe que não tenha outra coisa para vender a não ser sua força de trabalho (SILVA, 1989 p. 31)

O que pode-se afirma é que com o processo de desenvolvimento urbano-industrial como instrumento da engrenagem do sistema capitalista, e crescente migração da população do campo para as regiões metropolitanas, a terra foi se transformando em propriedade do mercado.

[...] uma mercadoria que tem um preço, que é vendida no mercado, e que não é reproduzível, ou seja, tem um preço que independente de sua produção. É uma mercadoria sem valor, no sentido de que seu preço não é definido pelo trabalho na sua produção, mas pelo estatuto jurídico da propriedade da terra, pela capacidade de pagar dos seus possíveis compradores. (RODRIGUES, 1989 p. 17).

E então chegando ao momento que a diferença entre camada media é definida pela condição social e a dos pobres pela exploração do trabalho pelo capital e recentemente pela ausência de reconhecimento de seus direitos de Cidadania.

:

Os pobres da cidade são, ontem como hoje, ninguém. Seus rostos queimados pelo sol, seus corpos impregnados do odor da borracha, suas mãos calejadas pelo manuseio de pedras e tijolos das grandes construções e de aparelhos eletrônicos, seus corpos cansados de uma jornada estafante em uma linha de montagem não contam na espacialização da cidade. Eles são outros, e a cidade não tinha e nem tem lugar para eles. (OLIVEIRA E SCHOR, 2008, p.92)



Se voltarmos na história temos relevante destaque a fazer que no Brasil até 1822, tínhamos o regime de sesmarias era o principal meio de distribuição de terras este era considerado um dos principais motivos que vieram culminar segundo Rodrigues (2003) com o ideário de terra como propriedade privada. Neste tipo de regime a terra era doada em grandes lotes e existia a obrigação nas concessões que as tornavam devolutas, ou seja, o que não foi respeitado, e, com a suspensão dessas concessões em 1822, até a data de 1850, a terra passou a ser ocupada por quem se interessasse em ocupá-la, mais especificamente, por quem tivesse a condição de ocupá-la. Neste sentido até este período não era considerada mercadoria porque não era vendida.

A partir de então em 1850 a Lei de terras (Lei 601), surge e definiu que só quem pudesse pagar pela terra seria seu proprietário juridicamente. Rodrigues (2003), a terra passou a ser definida pelo capital e imposta politicamente ao Estado como propriedade privada.

Com o agravamento dos problemas habitacionais nos grandes centros urbanos e o contraste armado entre ricos e pobres, a sociedade como um todo se viu obrigada a dirigir sua mobilização e imprimir suas reivindicações ao Estado.

Silva e Silva (1989, p. 29), ressaltam que:

A situação da classe trabalhadora no Brasil se agrava mais a partir de 1964, quando três elementos se associam na garantia da reprodução ampliada do capital: super exploração da força de trabalho, numa busca de níveis cada vez mais elevados de mais valia absoluta e relativa que garantissem a superacumulação; crescente concentração de renda e da riqueza nacional; e forte repressão política da classe trabalhadora, o que se agrava com a instabilidade no emprego, substituída pelo estabelecimento do FGTS.

Neste sentido vale ressaltar que a questão habitacional sempre foi colocada em segundo plano em nosso país. Silva e Silva (1989) destaca que no Brasil o problema habitacional só passou a ser realmente visto pelo Estado quando os cortiços e favelas passaram a incomodar ou até mesmo ocasionar prejuízos para o desenvolvimento do capital

Movimento de Mulheres na luta uma questão de gênero

Ao longo da História no que tange a história do movimento feminista podemos dizer que a partir de três momentos, a primeira como sendo as reivindicações por direitos democráticos que é marcado pelo direito ao voto, ao divórcio, a educação e ao trabalho, nos séculos 18 e 19; a liberação sexual é impulsionada pelo aumento de contraceptivos no fim da década de 60; em seguida a luta por igualdade no trabalho ao fim da década de 1970 e podemos dizer que esta assim como as diversas lutas ainda hoje é questão de embate de fortes processos



de busca das mulheres, além disto podemos dizer que a luta é constante e não pode ser vista apenas como uma questão de insatisfação das mulheres mas de garantir a estas mulheres o direito ao reconhecimento pessoal e profissional assim Perrot faz um destaque que merece ser destaque onde autora:

Lembra que "houve frequentes protestos ao longo de todo século 19 contra a presença das mulheres nas audiências das cortes de justiça, notadamente nos processos criminais. [...] Os espaços militares e esportivos eram os mais masculinos de todos" (p. 353). As mulheres só penetram nos espaços políticos travestidas ou acompanhadas: "vestir-se como homem é penetrar no espaço proibido, apropriar-se dos espaços reservados, torná-los mistos. Este tipo de desafio simboliza as exclusões que o século 19 impôs às mulheres" (PERROT p. 359).

Desta forma o que antecede então ao movimento socialmente organizado de forma individual ou coletiva destacam-se a luta pela conquista de espaços onde as mulheres tivessem visibilidade a aos direitos que de modo geral sociedade de "homens" as desvalorizava.

Neste âmbito de luta Nogueira (2001), traz uma reflexão importante sobre os movimentos liderados por mulheres que buscavam a desmistificação da cultura patriarcal em que se encontravam, dentro dessa linha a autora identifica a existência de quatro teorias feministas: a primeira como sendo o feminismo socialista; o segundo o feminismo liberal; a terceira o feminismo radical; e quarta o feminismo cultural. Onde há uma rejeição ao patriarcado.

Podemos então dizer como afirma Collin apud Nogueira que para além de uma análise sobre o processo de dominação de luta de uma sociedade machista e ou patriarcal é relevante destacar que:

Se o estatuto das mulheres é o resultado de um processo de dominação, comandado pela exploração capitalista, que pode e deve ser ultrapassado (COLLIN, 1991, p. 324 APUD NOGUEIRA, 2001, p. 147),

As origens do feminismo socialista estão relacionadas com e/ou socialismo dos séculos XIX e XX, onde suas ideias estão associadas ao marxismo, já que aplicam as questões associadas ao sistema econômico e do trabalho, à problemática do gênero (HASTE, 1993). Compreendendo ainda que a importância de associar a luta dos sexos à luta de classes. Deste modo, o que é urgente e central, é terminar com o capitalismo e com a sua visão de família. Ditando assim deste modo o comunismo consistirá (...) na superação do capitalismo e simultaneamente do patriarcado, numa sociedade liberta de qualquer distinção de classe e de sexo e plenamente igualitária (idem, p. 147).



A teoria do feminismo radical faz uma negação da maternidade e uma exclusão dos homens, pois para muitas feministas, desta teoria as relações heterossexuais impossibilitam a defesa e o desenvolvimento dos movimentos feministas. Transformando dessa forma os homens em inimigos íntimos que são vistos como um problema que só pode ser resolvido pelo celibato ou lesbianismo, Nogueira (2001).

Para muitas feministas radicais o assumir desta posição impossibilita as relações heterossexuais com os homens. Deste modo, a identificação lésbica não é simplesmente uma questão de liberdade sexual pessoal, é também um protesto político contra o ponto fundamental da supremacia masculina, que consideram serem as relações heterossexuais compulsivas (Kitzinger, 1987). As feministas radicais ao assumirem um modelo masculino pessimista, um sujeito dotado de forças irracionais com pouca capacidade de controle (contrastando com as boas qualidades do ser feminino), sugerem que um relacionamento positivo é apenas possível com outras mulheres (HASTE, 1993 APUD NOGUEIRA, 2001, p. 148 - 149).

A partir de então observa-se que o feminismo liberal está associado ao Estados Unidos e à Organização Nacional para mulheres e foi uma teoria criticada pelas demais pelo seu posicionamento reformista, onde a participação dos homens e mulheres eram abertas a todos sendo esta uma das tendências mais avançada vindo com o intuito de se opor ao feminismo radical. Ainda na teoria feminista liberal o homem é compreendido como parte da mulher.

Todas as teorias feministas passaram por críticas, porém não podemos deixar de mencionar as que tiveram relevância dentro do feminismo liberal, pois as críticas sofridas fizeram com que os movimentos feministas pautassem suas ações voltadas ao crescimento e superação, as mais relevantes centram-se na ideia de que este tipo de teoria e prática se preocupa apenas com a entrada de mulheres em domínio de sucesso; neste sentido é considerada elitista, porque ignora as mulheres que não são instruídas ou de classe média, e individualista, porque baseia-se na crença de que pode-se mudar o sistema aumentando o número de indivíduos no clube, em vez de atacar o sistema social (gerador de discriminação) como um todo, Nogueira (2001).

O feminismo cultural considera relevante a existência de um conjunto de trabalhos, de autoras feministas, cujas preocupações baseiam-se em sistemas de significado cultural, pois para elas os livros são romances para colocar seu posicionamento, porém a escrita é feita na linguagem masculina onde a mulher é invisível na literatura.

Para estas feministas, a diferença surge da criação de significado cultural, e da reprodução desse significado através de formas de linguagem e discurso.



Assumem diferenças de gênero, mas consideram que o que é importante é como essas diferenças sexuais se vivem, não as diferenças por si próprias. A essência do gênero está localizada nas relações de poder, já que a cultura masculina controla a feminina (NOGUEIRA, 2001, p. 151).

Sendo relevante destacar o que o autor aborda afirmando que as feministas culturais tendem a criar um *logos alternativo*, e não um *anti-logos* o que significa dizer que as concepções aparecem monolíticas e universais, e ainda a objetividade singular acaba ocorrendo posterior a uma visão particular da lógica que não são adequadas para acompanhar o leque de formas possíveis de conhecimento assim podemos dizer que o feminismo do fim do século passado e movimentos sociais de hoje é a denuncia e luta contra práticas sexistas como afirma (NOGUEIRA, 2001, 132).

É importante uma reflexão e importante destacar o que assinala Nogueira (2001) que desde os primórdios, os objetivos que fizeram surgir o feminismo como movimento social foram de certo modo distintos e tiveram interesses diferentes e porque não dizer divergentes, sendo assim o autor destaca:

Em função quer das classes sociais, quer dos países e das circunstâncias sócio-políticas e econômicas; enquanto as mulheres da classe trabalhadora pretendiam melhorar o nível econômico das suas vidas, depauperado pelas conseqüências da revolução industrial, as mulheres das classes altas visavam a igualdade no mundo do trabalho e a liberdade individual (NOGUEIRA, 2001, p. 134).

Após muitos embates e lutas o movimento feminista as mulheres alcançaram vitórias significativas em seu processo de desenvolvimento social, econômico e culturais sendo as conquistas no mercado de trabalho, na educação, nas políticas públicas as que mais se destacam, pois deram-se pelo empenho, organização e luta do movimento feminista, que representaram e representam uma forte liderança nos embates em busca dos direitos das mulheres no mundo.

Para além disto não se poderia iniciar essa discussão e relato sem adentrar na história desse movimento, que muito significa na história das conquistas das mulheres em todo o mundo. É através dos movimentos feministas que o feminismo passa a ser visto como um movimento social e que vem trazendo contribuições consideráveis na história sobre as modificações ocorridas na sociedade feminina no mundo (NOGUEIRA, 2001).

Vale destacar que as reivindicações sobre qualidade de vida social para as mulheres não é de hoje, mas desde o século XVIII, já se vinha trazendo esta temática para as discussões,



quando havia espaço. Sendo assim é relevante destacar que a forma, que a autora Mary Wollstonecraft já exigia em seus escritos a independência econômica para as mulheres como emancipação pessoal e de respeito pela igualdade. Neste mesmo século é possível vislumbrar as modificações que foram ocorrendo na vida em sociedade, tais como as relacionadas com as mulheres, com a família, na esfera social, política, econômica, sendo que todas estas, de uma maneira ou de outra, acabam interferindo no comportamento das pessoas em sociedade.

Podemos dizer que com a ampliação de estudos voltados para a mulher nas ciências sociais, sua participação na sociedade, na organização familiares nos movimentos sociais, na política e no trabalho ganha-se notoriedade e abri-se novos espaços especialmente após a incorporação dada gênero, que até a década de 1970 as pesquisas na área do trabalho voltava-se para e sobre o movimento operário e uma herança presente com relação a herança marxista, que a priori preocupava-se em denunciar a opressão masculina e capitalista sobre as mulheres como afirma Izilda (2001) que é a partir de 1980 isto torna-se variado e já se analisam os aspectos diferenciados da questão e procura-se resgatar as múltiplas estratégias criadas e recriadas, pelas mulheres em seu cotidiano, objetivando reconstruir a estrutura ocupacional no meio urbano, que tem neste trabalho privilégio ao período colonial aos primeiros anos do século XIX, que a partir deste momento já se observava a mulher promovendo o próprio sustento e o da sua família.

Diante de tantas transformações, ao longo da história, pode-se identificar a existência de três ondas dos movimentos feministas, como destaca Nogueira (2001): a primeira, que se situa no meio do século XIX; a segunda, associada aos movimentos do pós-2ª Guerra Mundial; e a terceira, a atual, intitulada de *pós-feminismo*, caracterizada por fenômenos como o do *backlash*. Este movimento apresenta uma imensa relevância nas conquistas das mulheres, não apenas no que tange à questão do trabalho, mas também em seu espaço político, social, educacional e outros, pois a mudança na vida das mulheres e as lutas não aconteceram e nem acontecem da noite para o dia, e sim, através de muitas frentes de batalha, que estiveram e ainda estão presentes na busca por uma igualdade nas condições de vida, trabalho e relações sociais das mulheres.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As grandes conquistas da humanidade no que se refere aos direitos sociais é marcado por um processo lento e contraditório que muitas vezes tem neste processo a participação maciça da sociedade civil quando estes vão a luta pelo reconhecimento e persistência em garantir direitos até então negados e/ou negligenciados pelo estado. Desta forma a reivindicação pelo direito à Moradia é uma luta antiga que ganha maior relevância a partir do processo de industrialização quando ocorre as ocupações urbanas de forma desordenada em todo o país em Manaus essa realidade é aprofundada nos marcos da Zona Franca de Manaus, especialmente a partir dos anos 1970, quando o Distrito Industrial de Manaus encontra-se em plena atividade. É interessante pontuar que a luta do MIMO luta não somente pela conquista da moradia como sendo não somente a construção de um espaço físico ocupado por famílias carentes, mas como espaço para a garantia de acesso a direitos básicos e com qualidade de vida que significa dizer também o reconhecimento do direito em sua integralidade, principalmente para as mulheres que por tantos anos não tiveram seu devido reconhecimento social, bem como pela democratização da gestão pública, sendo o acesso a políticas que garantam a sustentabilidade da população uma constante, intervindo nas as prioridades administrativas que venham priorizar de forma visível apenas questões emergenciais mas com qualidade e segurança não no dito popular um “arrumadinho”, que de improviso não tem nada e acaba perdurando por anos. É neste sentido que se observa que o Movimento social MIMO é observado a luta por moradia digna com todos os equipamentos urbanos que possam garantir este acesso com dignidade e segurança, propiciando as famílias a moradia digna.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Edna. **Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas**. In:

CASTRO, Edna (org.) **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

DIAS, Edinéa Mascarenhas. **A ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005\



MATOS, Maria Izilda. **Historia das mulheres e gênero: uso e perspectivas.**In:MELO,HILDETE pereira de, PISCITELLI,Sonia Weindner maluf e PUGA,Vera Lucia (org.).Olhares A Dominação feministas.Brasilia: Ministério da Educação:UNESCO,2009

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **CENSO**, 2007.

OLIVEIRA, José Aldemir. **Cidade de Manaus: visões interdisciplinares.** Manaus: EDUA, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir; SCHOR, Tatiana. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na Floresta.** São Paulo: Annablume, 2008.

SARTI, Cintia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres-4.ed.-**São Paulo: Cortez,2007.

SCHERER, Elenise. **Vulnerabilidade social na cidade de Manaus: O avesso do progresso.** In: _____. (Org.). **Questão Social na Amazônia.** Manaus: EDUA, 2009.

SOUZA, Norma Maria Bentes de. **Condições de vida, trabalho e rendimento nas áreas rurais e urbanas do Estado do Amazonas.** In: SCHERER, Elenise. **Questão Social na Amazônia.** Manaus: EDUA, 2009

NOGUEIRA, Conceição. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social.** Editora: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001

OLIVEIRA, José Aldemir. **Cidade de Manaus: visões interdisciplinares.** Manaus: EDUA, 2003.

_____. **Manaus de 1920 – 1967: A cidade doce e dura em excesso.** Manaus: Valer Editora, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir; SCHOR, Tatiana. **Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional.** In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na Floresta.** São Paulo: Annablume, 2008.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.**Bauru: EDUSC,2005.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres.** 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.